

Receita Patrimonial	7.528.129.878
Receita Arrecadação	70.912
Receita Industrial	62.974.052
Receita de Serviços	2.913.368.784
Transf. Correntes	3.114.926.695
Outras Rec. Correntes	746.418.313
Rec. Intra-Orç. Contribuições	1.136.150.058
Rec. Intra-Orç. Transf. Correntes	99.734.952
Recursos de Capital	1.623.004.808
Operações de Crédito	300.820.000
Alienação de Bens	700.031.000
Amortização de Empréstimos	91.439.418
Transf. de Capital	258.614.390
Outras Transf. de Capital	122.950.000
Rec. Intra-Orç. Transf. Capital	49.160.000
TOTAL GERAL	38.753.799.856

Excluindo-se, portanto, os valores intra-orçamentários, a fim de evitar a duplicidade do registro, conclui-se que a receita estimada foi de R\$35.469 milhões.

METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO

RECEITA	LOA	METAS BIMESTRAIS	DIFERENÇA
Especificação			
Correntes	33.994.910	33.919.874	-75.036
Contribuições	18.750.379	19.622.512	872.133
Patrimonial	878.641	878.641	0
Arrecadação	7.528.130	6.272.408	-1.255.722
Industrial	71	71	0
Serviços	62.974	62.974	0
Transf. Correntes	2.913.370	2.913.370	0
Outras Rec. Correntes	3.114.927	3.280.893	165.966
De Capital	746.418	908.705	162.287
Operações de Crédito	1.473.655	794.078	-689.577
Alienação de Bens	300.820	300.820	0
Amortização de Empréstimos	700.031	10.254	-689.777
Transf. de Capital	91.439	91.439	0
Outras Rec. de Capital	258.614	258.614	0
TOTAL	35.468.765	34.703.692	-765.113

Entretanto, ao se publicarem as metas bimestrais de arrecadação, foram apresentadas novas estimativas de receita, num total de R\$34.704 milhões.

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

ORÇAMENTO INICIAL	38.753.800
(+) Créditos suplementares abertos no exercício	10.977.907
(+) Créditos extraordinários	8.304
(-) Anulações Orçamentárias	9.648.472
= ORÇAMENTO FINAL	38.091.539

No que diz respeito à despesa orçamentária, destaca-se que, ao longo do exercício, foram efetuadas diversas alterações no orçamento inicial, decorrentes tanto da abertura de créditos adicionais quanto do cancelamento de dotações, que tiveram um impacto de R\$1.337 milhões, resultando num orçamento final de R\$38.091 milhões.

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

EXERCÍCIO DE 2007	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL
Receita Arrecadação (a)	34.722.693.961,27	358.443.565,09	35.081.137.526,36
Despesa Empenhada (b)	31.955.392.517,65	2.331.418.603,57	34.286.811.121,22
Despesa Paga (c)	30.075.661.422,11	2.046.790.202,50	32.122.451.624,61
Despesa Liquidada (d)	31.615.978.625,21	2.253.591.455,94	34.069.570.081,15
Resultado da Execução Orçamentária (a-b)	2.767.331.443,62	794.356.505,14	3.561.687.948,76
Resultado Financeiro (a-d)	2.906.715.336,06	1.895.147.890,75	4.801.863.226,81
Restos a Pagar (b-c)	1.879.701.095,54	284.628.301,07	2.164.329.396,61

Durante o exercício de 2007, desconsiderando os valores das receitas e despesas intra-orçamentárias, verifica-se que o total da receita arrecadação foi de R\$35.081 milhões, enquanto a despesa empenhada atingiu o montante de R\$34.287 milhões e a liquidada R\$34.070 milhões.

Estes totais resultaram em superávit orçamentário de R\$794 milhões, considerando-se a despesa empenhada, e R\$1.012 milhões, se comparado à despesa liquidada.

**EXECUÇÃO FINANCEIRA
BALANÇO FINANCEIRO RESUMIDO**

TÍTULOS	VALOR
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	35.081.138
Corrente	34.722.694
Capital	359.444
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	9.890.734
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2.708.725
Disponibilidades	2.708.725
Vinculação em C/C	2.708.725
TOTAL GERAL	46.769.596
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	34.286.781
Corrente	31.955.383
Capital	2.331.418
DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	3.268.593
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEQUINTE	4.213.222
Disponibilidades	3.909.683
Invest. Res. Próprias de Previdência	303.539
TOTAL GERAL	46.768.596

O balanço financeiro do Estado, apóia disponibilidades ao fim do exercício de 2007, de R\$3,9 bilhões.

Verifica-se que o saldo do grupo disponível apresentou, em valores reais, um aumento de aproximadamente R\$895.107 mil, que equivale a 33,8% do saldo do exercício anterior.

EXECUÇÃO PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS RESUMIDA

VARIÁÇÕES ATIVAS	VALORES EM R\$ em Milhares
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	66.483.925
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	102.622.055
RESULTADO PATRIMONIAL	169.105.980
TOTAL GERAL	165.006.441
VARIÁÇÕES PASSIVAS	VALORES EM R\$ em Milhares
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	55.611.724
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	119.894.717
TOTAL GERAL	175.506.441

No exercício de 2007, o Estado apresentou um resultado patrimonial deficitário de R\$14.500 milhões, obtido quando do confronto das variações ativas com as passivas.

APURAÇÃO DO SALDO PATRIMONIAL

SALDO PATRIMONIAL	VALORES EM R\$ em Milhares
Situação líquida em 2006	(40.678.029)
Situação líquida em 2007	(49.423.424)
Diferencial	(8.745.395)

O saldo patrimonial apurado em 2007 representa um passivo a descoberto da ordem de R\$49.423 milhões, superior ao saldo negativo de R\$40.678 milhões apurado em 2006.

Verifica-se, no entanto, uma diferença de R\$5.753 milhões, se comparado o resultado apresentado no Demonstrativo das Variações Patrimoniais e a efetiva variação patrimonial.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS

CONTAS	2007
(+) Subvenções da Administração Direta	147.797.379,93
(+) Doações Empresas Públicas	650.699,70
(+) Doações Soc. Econ. Mista	34.766.094,84
(+) Subvenções Empresas Públicas	17.259,00
(+) Subvenções Soc. Econ. Mista	-121.461.435,62
(+) Outras Reservas de Capital Empresas Públicas	3.420,00
(+) Transf. Aumento de Capital Soc. Econ. Mista	55.663,09
(+) Outras Reservas de Capital Soc. Econ. Mista	122.744.232,40
(+) Reavaliação de Bens Imóveis Soc. Econ. Mista	-56.038,24
(+) I.R. sobre Reavaliação Soc. Econ. Mista	-2.106.168.283,74
(+) C.S.S.L. sobre Reavaliação Soc. Econ. Mista	-299.319.683,43
(+) Outras Reservas de Capital Soc. Econ. Mista	8.424.455.039,17
(+) Prejuízos Acumulados Empresas Públicas	-13.035,95
(+) Lucros Acumulados Soc. Econ. Mista	9.844.730,00
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores Empresas Públicas	16.722,05
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores Soc. Econ. Mista	-467.140,93
TOTAL	6.760.065.551,24

Conforme evidenciado no demonstrativo das mutações patrimoniais, a diferença apontada refere-se à mutação patrimonial das empresas públicas e sociedades de economia mista.

ASPECTOS RELACIONADOS À LRF

A Lei Complementar nº 101, de 04.05.00 (Lei da Responsabilidade Fiscal), representa um código de conduta que estabelece um novo padrão fiscal, ao enfatizar a ação planejada e transparente na Administração Pública.

Dessa forma, considerando a LRF como mais um instrumento da fiscalização, que toma mais abrangente a função dos órgãos de controle, e tendo em vista a regra insculpida no seu artigo 59, a análise da observância de seus preceitos será exposta no presente relatório.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL (ÚLTIMOS 12m)	PREVISÃO ATUALIZADA
RECEITAS CORRENTES (I)	34.668.887	33.939.653
Receita Tributária	20.183.601	18.780.379
ICMS	15.490.674	14.988.080
IPVA	1.039.353	1.116.654
Outras Receitas Tributárias	3.593.573	2.645.634
Receita de Contribuições	875.600	876.641
Receita Patrimonial	6.303.984	7.528.129
Receita Arrecadação	41	70
Receita Industrial	1.894	7.717
Receita de Serviços	2.532.166	2.913.369
Transf. Correntes	3.158.785	3.114.926
Cota-Parte do FPE	686.763	553.153
Transf. de L.C. 87/1996	85.776	162.071
Transf. do FUNDEF/FUNDEB	1.029.667	709.942
Outras Transf. Correntes	1.455.578	1.688.760
Outras Receitas Correntes	1.612.834	746.418
DEDUÇÕES (II)	7.819.046	7.431.035
Transf. Const. E legais	4.787.567	4.715.628
Cont. Plano de Seg. Social do Servidor	928.663	812.641
Servidor	828.663	812.641
Compensação Financ. entre Reg. Previdenciários	46.636	66.000
Dedução da receita para formação do FUNDEF	2.155.978	1.836.765
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	26.849.822	26.508.618

A elaboração do demonstrativo da receita corrente líquida visa a fornecer parâmetros para o cálculo da reserva de contingência, para apuração dos limites da despesa com pessoal e para os limites de dívida pública.

Despesa com pessoal

No âmbito estadual, a despesa com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder a 60% da Receita Corrente Líquida (RCL), repartidos de acordo com os percentuais consignados nas alíneas do inciso II, do artigo 20, da citada Lei.

DESPESA DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Valores em R\$ milhares	
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL AJUSTADA	7.570.072
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	26.849.822
% do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	28,19
LIMITE MÁXIMO (alínea a, inciso II, art. 20 c/c o § 1º da LRF) - 49%	13.156.413
LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	12.490.592

Tendo em vista que a despesa de pessoal do Poder Executivo, no exercício de 2007, atingiu 28,19% da receita corrente líquida, verifica-se que o limite foi respeitado.

DESPESA DE PESSOAL CONSOLIDADA

	Valores em R\$ milhares
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL AJUSTADA	10.312.136
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	26.849.822
% do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	39,41
LIMITE MÁXIMO (alínea a, inciso II, art. 20 c/c o § 1º da LRF)	16.109.893
- 50%	
LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo ÚNICO, ART. 22 da LRF)	15.304.399
- 57%	

Como se pode constatar, os limites estabelecidos no inciso II do artigo 19 e no artigo 22, ambas da LRF, foram cumpridos, visto que a despesa total com pessoal do Estado do Rio de Janeiro correspondia a 39,41% da receita corrente líquida.

Endividamento público

DÍVIDA PÚBLICA DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL - 2007

COMPONENTES	VALORES	%
I - Futuante	5.441.437	7,84
II - Fundada Interna	48.095.385	67,55
III - Fundada Externa	1.490.689	2,09
IV - Outras Obrigações	16.172.189	22,71
TOTAL GERAL (I + II + III + IV)	71.199.701	100,00

A dívida pública do Estado é constituída pela dívida futuante, que corresponde a compromissos de curto prazo, e pelas dívidas fundadas interna e externa, relativas às obrigações de médio e longo prazo.

De acordo com as resoluções do Senado Federal, a dívida consolidada líquida dos Estados não poderá ser superior a 2 (duas) vezes o montante da receita corrente líquida.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - 2007

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Saldo em 31.12.2007
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC) (I)	48.024.216	50.462.901
DEDUÇÕES (II)	2.951.372	3.887.642

OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	1.519.059	1.646.926
DIV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) = (I - II)	45.072.844	46.575.259
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	28.132.742	26.849.822
% da DCL sobre a RCL (II/RCL)	183,77	187,95
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 2xRCL	62.285.485	53.698.645

Verifica-se que a dívida consolidada líquida, em 31.12.07, atingiu o patamar de 173,47% da receita corrente líquida, atendendo, portanto, ao limite estabelecido pelas resoluções do Senado.

TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO	163.674
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	26.849.822
% das OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS sobre a RCL	0,61%
% das OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA sobre a RCL	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS - 18%	4.295.972
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	-

O total das operações de crédito realizadas no exercício de 2007 foi de R\$163.674 mil, o que equivale a 0,61% da receita corrente líquida. Portanto, foi observado o limite de 18% estabelecido no inciso I, do artigo 7º, da Resolução nº 43/01 do Senado Federal.

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO EM 31.12. 2006	SALDO EM 31.12. 2007
EXTERNAS (I)	0	0
INTERNAS (II)	955.494	1.032.685
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	955.494	1.032.685
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	26.132.742	26.849.822
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	3,69%	3,85%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22% de RCL	5.749.203	5.906.991

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO EM 31.12. 2006	SALDO EM 31.12. 2007
GARANTIAS EXTERNAS (V)	-	-
GARANTIAS INTERNAS (VI)	-	-
TOTAL DAS CONTRA-GARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	-	-

Verifica-se que o montante das garantias concedidas se refere às operações de crédito internas, e que não foram recebidas contra-garantias no exercício de 2007.

Observa-se, ainda, que o total das garantias concedidas pelo Estado atendeu o percentual de 3,85% da RCL, atendendo, desta forma, ao limite de 22% estabelecido pelo Senado Federal.

RECEITA E DESPESA REFERENTE À ALIENAÇÃO DE ATIVOS

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c)=(a-b)
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	700.031	768	699.263
Alienação de Bens Móveis	700.031	713	699.318
Alienação de Bens Imóveis	-	55	(55)
TOTAL	700.031	768	699.263

DESPESAS (Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre	SALDO A EXECUTAR (e)=(d-e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RPMP (f)
Despesas de Capital	713	613	100
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	55	55	-
TOTAL	768	668	100

Verifica-se que houve atendimento ao artigo 44 da LRF, por não ter ocorrido, no exercício de 2007, qualquer aplicação da receita de capital derivada de alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público, em despesas correntes.

Resultado previdenciário

RECEITAS	RECEITAS REALIZADAS
Receitas Previdenciárias - (Exceto Intra-orçamentárias)	4.710.373
Receitas Previdenciárias (Intra-orçamentárias)	1.247.101
Repasses Previdenciários recebidos do RPPS	144.803
Repasses Previdenciários para cobertura de déficit	135.293
Total das Receitas Previdenciárias	6.237.571

DESPESAS	DESPESAS LIQUIDADAS
Despesas Previdenciárias - (Exceto Intra-orçamentárias)	6.095.425
Despesas Previdenciárias (Intra-orçamentárias)	1.991
Total das Despesas Previdenciárias (*)	6.097.416
Resultado Previdenciário	139.155

(*) Não contempla as unidades gestoras 120100, 200900 e 404040

Em 2007, observa-se um superávit previdenciário da ordem de R\$139 milhões, resultante da conjunção de dois fatores: aumento da receita previdenciária, ocasionada principalmente pela contribuição da contribuição patronal com receita da autarquia e não mais como repasse, e redução das despesas previdenciárias da ordem de R\$1 bilhão, ocasionada principalmente pela transferência das despesas com o pessoal da PREVI-BANERJ para os encargos gerais do Estado.

Este resultado contempla as receitas e despesas do Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro (IPERJ), extinto pela Lei nº 5.109, de 15.10.07, cujas atribuições de titularidade daquela autarquia passaram a ser do RIOPREVIDÊNCIA.

RESULTADO NOMINAL

Em Milhares R\$

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	EM 31.12.06 (a)	EM 31.10.07 (b)	EM 31.12.07 (c)
Dívida consolidada (I)	48.024.216	49.675.209	50.462.901
Deduções (II)	2.951.372	3.887.348	3.887.642
Ativo disponível	2.528.145	4.428.710	3.707.806
Ativo não disponível	2.156.721	2.435.241	2.638.776
Ativo a pagar processados	1.733.493	1.501.603	2.458.639
Dívida líquida (III) = (I) - (II)	45.072.844	43.826.859	46.575.259
Ativo disponível menos passivos (IV)	0	0	0

Passivos reconhecidos (V)	1.450.279	1.556.796	1.618.157
Divida Fiscal Líquida (VI) = (III+IV-V)	43.622.095	42.270.063	44.559.102
PERÍODO DE REFERÊNCIA			
ESPECIFICAÇÃO	NO BIMESTRE (c-b)		JAN A DEZ 2007 (c-a)
	2.699.039		1.337.037
RESULTADO NOMINAL	2.699.039		1.337.037
Discriminação Meta Fiscal			
Meta de resultado nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais			2.103.134

Verifica-se que, no exercício de 2007, o resultado nominal positivo foi de R\$1.337 milhões, que se encontra dentro da meta estabelecida na LDO, a valores correntes, de R\$2.103 milhões.

RESULTADO PRIMÁRIO

Valores em R\$ Milhares

RECEITAS PRIMÁRIAS	RECEITAS REALIZADAS		
	PREVISÃO ATUALIZADA	NO BIMESTRE	JAN A DEZ 2007
Receitas primárias correntes	33.770.945	6.810.726	34.377.052
Receitas primárias de capital	381.564	7.993	94.741
Receita primária total	34.152.509	6.818.710	34.471.793

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RPNP
		NO 6º BIMESTRE	JAN A DEZ 2007	
Despesas primárias correntes	31.085.442	5.963.761	29.402.623	138.949
Despesas primárias de capital	2.203.058	597.252	1.362.218	76.078
Reserva de contingência	0	0	0	0
Despesa primária total	33.288.499	6.561.013	30.764.841	215.025
Resultado primário	864.010	257.697	3.706.952	3.491.927
Saldo de exercícios anteriores			182.617	
Meta de resultado primário			2.034.376	

(*) Não computados os valores da Imprensa Oficial

No exercício de 2007, o resultado primário foi de R\$3.491 milhões, valor este acima da meta para o exercício, da ordem de R\$2.034 milhões.

Disponibilidade de caixa e restos a pagar

CONSOLIDADO, EXCETO O REGIME PREVIDENCIÁRIO

Valores em R\$ Milhares

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	3.707.806	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	4.242.766
Caixa	306	Depósitos	579.727
Bancos	3.625.010	Restos a Pagar Processados	2.459.112
Outras Disponibilidades Financeiras	82.410	Outras Obrigações Financeiras	1.203.927
SUBTOTAL	3.707.806	SUBTOTAL	4.242.766
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	534.860	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	0
TOTAL	4.242.766	TOTAL	4.242.766
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			216.025
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			(216.025)

REGIME PREVIDENCIÁRIO

Valores em R\$ Milhares

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	304.072	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	980.519
Caixa	0	Depósitos	211.424
Bancos	304.072	Restos a Pagar Processados	309.002
Outras Disponibilidades Financeiras		Outras Obrigações Financeiras	460.093
SUBTOTAL	304.072	SUBTOTAL	980.519
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	678.446	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	0
TOTAL	980.519	TOTAL	980.519
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			722
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			(722)

Observa-se que, do confronto das disponibilidades financeiras com as obrigações financeiras do Estado, apura-se uma insuficiência financeira, antes da inscrição de restos a pagar não processados (RPNP), no valor de R\$1.211 milhões, dos quais R\$678 milhões se referem ao regime previdenciário.

Após o final do exercício de 2007, foi inscrito em restos a pagar não processados o montante de R\$216.747 mil, dos quais R\$722 mil são relativos ao regime previdenciário.

DEFICIT DAS DISPONIBILIDADES APURADO NO EXERCÍCIO - 2007

Valores em R\$ milhares

Insuficiência antes da inscrição do RPNP (Consolidado)	534.860
Insuficiência antes da inscrição de RPNP do Regime Previdenciário Próprio	678.446
SUBTOTAL (A)	1.211.406
Inscrição de RPNP (Consolidado)	216.025
Inscrição de RPNP do Regime Previdenciário Próprio	722
SUBTOTAL (B)	216.747
Deficit (A + B)	1.428.154

O déficit do exercício, em termos consolidados, incluindo o regime previdenciário, foi de R\$1.428 milhões.

Restos a pagar processados reconhecidos

O Estado do Rio de Janeiro, através do Decreto Estadual nº 40.874, de 02.08.07, editou normas para a realização dos pagamentos referentes aos restos a pagar processados do exercício de 2006 e anteriores. Este decreto foi regulamentado pela Resolução nº 73, de 02.10.07, da Secretaria de Estado de Fazenda, criando, assim, o Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar, mediante um acordo a ser efetuado com os credores, que aceitem aderir ao regime proposto.

Contudo, a análise nas normas editadas para a matéria suscita questionamentos e controvérsias, sobre os critérios e procedimentos do referido programa, que, inclusive, excepciona a ordem cronológica nos pagamentos.

Há que se consignar que a regra do artigo 5º do Estatuto das Licitações, que determina a observância à ordem cronológica do pagamento, não se reveste de caráter absoluto, pois que, no próprio caput, é excepcionada a observância da ordem, na hipótese da ocorrência de relevante razão de interesse público, obrigatoriamente motivada.

Apesar do efeito produzido nas contas do exercício de 2007 ter sido mínimo, não se pode precisar qual o impacto do programa nos exercícios futuros. Porém, no atual contexto, identifica-se que não existem dados suficientes para esclarecer todas as implicações operacionais, jurídicas, financeiras e organizacionais da implementação e execução do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar, instituído pelo Decreto Estadual nº 40.874/2007.

VINCULAÇÕES CONSTITUCIONAIS

Gastos na manutenção e desenvolvimento do ensino

A Constituição da República, através do seu artigo 212, estabelece que os Estados deverão aplicar, anualmente, no mínimo 28% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

PERCENTUAL APLICADO - EDUCAÇÃO

Valores em R\$

VALOR GASTO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	R\$ 4.137.724.993,31
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS	R\$ 16.626.675.479,45
PERCENTUAL DO VALOR GASTO EM MDE	25,04%
PERCENTUAL MÍNIMO	25,00%

No exercício de 2007, verifica-se que o Estado aplicou 25,04%, demonstrando que o limite foi cumprido.

Fundo de Manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional nº 63, de 19.12.06, e regulamentado pela Medida Provisória nº 339, de 28.12.06, convertida na Lei Federal nº 11.494, de 20.08.07.

Trata-se de um fundo de natureza contábil com vigência a partir de 01.01.07 até o exercício de 2020, que tem por objetivo manter e desenvolver a educação básica, bem como proporcionar a valorização dos trabalhadores dedicados à educação.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA COM RECURSOS DO FUNDEB

Valores em R\$

Subfunção	Projeto	Despesa Empenhada e Liquidada	%
Ensino Fundamental	Pessoal e Encargos Sociais - Ens Fundamental	951.033.467,60	91,14
Ensino Médio	Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Médio	75.786.267,31	7,26
	Subtotal	1.026.819.734,91	98,41
Administração Geral	Pessoal e Encargos Sociais	16.619.632,64	1,59
	Total	1.043.439.367,55	100,00

Verifica-se que, dos recursos oriundos do FUNDEB, 98,41% foram utilizados para pagamento da pessoal da educação básica. Desta forma, o governo do Estado cumpriu o disposto no artigo 22, da Lei Federal nº 11.494/07, que exige uma aplicação mínima de 60 % com estas despesas.

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ

De acordo com o artigo 332 da Constituição Estadual, o Estado do Rio de Janeiro destinará, anualmente, à FAPERJ, 2% (dois por cento) da receita tributária do exercício, deduzidas as transferências e vinculações constitucionais e legais.

Valores em R\$

Despesa Realizada pela FAPERJ	Receita Tributária Líquida	Percentual aplicado
200.232.498,79	9.676.121.925,59	2,03%

No exercício de 2007, o Estado do Rio de Janeiro aplicou os recursos destinados à FAPERJ, no valor de 2,03% da receita tributária líquida, atendendo ao ditame preconizado na Constituição Estadual.

Gastos nas ações e serviços públicos de saúde

De acordo com o artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, até o exercício de 2004 ou enquanto não editada a Lei Complementar Federal a que se refere o § 2º, do artigo 166, da Constituição Federal, caberá aos Estados destinar 12% do produto da arrecadação em impostos e de transferências constitucionais às ações e serviços públicos de saúde.

VALOR APLICADO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	R\$ 1.794.905.418,07
TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS VINCULADOS	R\$ 14.370.818.480,29
PERCENTUAL DO VALOR APLICADO EM SAÚDE	12,49%
PERCENTUAL MÍNIMO PARA O EXERCÍCIO DE 2007	12,00%

Tendo atingido 12,49% dos recursos a que se refere o citado dispositivo constitucional, o Estado também cumpriu o limite neste quesito.

Fundo de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (FECOP)

A Emenda Constitucional nº 312/2000 acrescentou o artigo 79 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e instituiu, no âmbito do Poder Executivo Federal, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, para vigorar até o ano de 2010, com o objetivo de viabilizar níveis dignos de subsistência a todos os brasileiros.

Em face da referida emenda, o Estado do Rio de Janeiro editou a Lei nº 4.056, de 30.12.02, que institui, a partir do exercício de 2003, no âmbito do Executivo Estadual, o Fundo de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (FECOP).

RECURSOS DO FECOP

Valores em R\$

RECEITA	RECEITA REALIZADA
411130001 Adicional do ICMS - Lei 4059/02 - FECOP	1.723.604.134,77
419310001 Receita Divida Alívia Adic. ICMS - Lei 4056/02	19.531,25
419110002 Demais Multas Juros de Mora do Adic. ICMS	4.875.665,75
419110001 Multas (Lei 1.650/00) - Adic. ICMS - Lei 4056/02	560.390,96
419130001 Multas da Divida Alívia do Adicional do ICMS	22.911,29
419130002 Demais Multas e J. Mora Div. Alívia Adic. ICMS	6.186,33
TOTAL	1.728.468.822,34

No exercício de 2007, verifica-se que a receita arrecadada de ADICIONAL DO ICMS, principal fonte de recursos do Fundo de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais, corresponde a 99,69% do total da arrecadação.

DESPESAS REALIZADAS COM RECURSOS DO FECOP

Valores em R\$

FUNÇÃO	TÍTULO DA FUNÇÃO	DESPESA LIQUIDADADA	%
8	Assistência Social	48.678.596,66	2,90
10	Saúde	878.522.512,06	52,11
12	Educação	729.594.116,14	43,28
14	Direitos da Cidadania	12.181.387,67	0,72
16	Urbanismo	8.625.460,31	0,51
18	Habitat	2.407.648,47	0,14
20	Agricultura	184.484,80	0,01
21	Organização Agrária	210.331,78	0,01
27	Desporto e Lazer	5.300.300,00	0,31
TOTAL		1.885.905.725,99	100,00

Conforme se verifica, os recursos do FECOP foram, quase que exclusivamente, aplicados nas funções "saúde" (52,11%) e "educação" (43,28%).

Assim, em face do elevado percentual das despesas com essas funções financeiramente com esses recursos, será RECOMENDADO ao Governo do Estado do Rio de Janeiro que apure o grau de dependência do financiamento das ações e serviços públicos de saúde e educação com os recursos arrecadados pelo FECOP, bem como avalie o risco de desandamento dessas ações a cargo do Estado, considerando-se a temporalidade da arrecadação dessa receita, em princípio, até o exercício de 2010.

Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano - FECAM

Valores em R\$

DESCRIÇÃO	VALOR ARRECADADO	TRANSF. MÍNIMA CONSTITUCIONAL
41099001 - COTA-PARTE COMPENS. FINANÇ. RECURSOS HÍDRICOS	5.650.890,48	282.544,52
41099002 - COTA-PARTE COMPENS. FINANÇ. RECURSOS MINERAIS	1.076.871,49	53.793,57

13409903 - ROYALTIES PELA PRODUÇÃO DO PETRÓLEO - ATÉ 5%	677.463.588,98	33.673.179,45
13409905 - ROYALTIES PELA PROD. PETRÓLEO EXCEDENTE A 5%	660.249.086,05	33.012.454,80
13409906 - ROYALTIES PARTICIPAÇÃO ESPECIAL	2.798.617.587,13	139.930.879,36
13409907 - FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO	1.773.804,74	88.695,24
TOTAL	4.144.830.938,86	207.241.546,94

No termos do inciso I, §1º, do artigo 263 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, deverão ser destinados ao FECAM 6% da compensação financeira a que se refere o § 1º do artigo 20 da Constituição da República, que faz jus o Estado do Rio de Janeiro.

DESPESA DO FECAM

Valores em R\$

Fonte de Recursos	Despesa Liquidada	%
(01) Ordinários Não Provenientes de Impostos	363.446,00	6,17
(04) Indenização pela Extinção de Petróleo	207.831.005,39	99,66
Subtotal Fontes 01 e 04	208.194.451,39	99,83
(87) Conservação Ambiental	350.000,00	6,17
Subtotal Fonte 87	350.000,00	6,17
Total Global	208.544.451,39	100,00

O Estado, no decorrer do exercício de 2007, aplicou recursos do FECAM no valor de R\$208.194 mil que correspondem a 5,02% da base de cálculo.

Dessa forma, verifica-se o cumprimento do dispositivo constitucional.

AÇÕES DE GOVERNO

Destaca-se, ainda, no âmbito das ações desenvolvidas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, no setor da saúde, no ano de 2007, o exame de desempenho em relação à epidemia de Dengue, que acomete diversos municípios fluminenses.

As avaliações buscaram expressar a qualidade da intervenção da Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil (SESDC), quanto à identificação e a eficácia de suas ações, com vistas a controlar o mosquito transmissor do vírus da dengue.

Para melhor entendimento do problema, apresento a seguir um breve histórico acerca da ocorrência de casos de dengue.

HISTÓRICO	
1976	disseminação do Aedes aegypti, considerado erradicado há vários anos
1986	Epidemia DEN1 + DEN2
1991	Epidemia DEN1 + DEN2
1995	Surto epidêmico
2001	Epidemia DEN1 + DEN2 + DEN3
2006	Epidemia DEN1 + DEN2 + DEN3 + DEN4 (?)

Em 1976, iniciou-se no Brasil uma grande disseminação do mosquito Aedes aegypti, até então considerado erradicado. Com o retorno desse vetor, entraram em circulação os Vírus Tipo 1 e Tipo 2, que deram origem a epidemias de dengue nos anos de 1986, 1991 e 1995. Em 2001, nova e marcante epidemia ocorreu, agravada com a entrada do terceiro sorotipo no Estado do Rio de Janeiro.

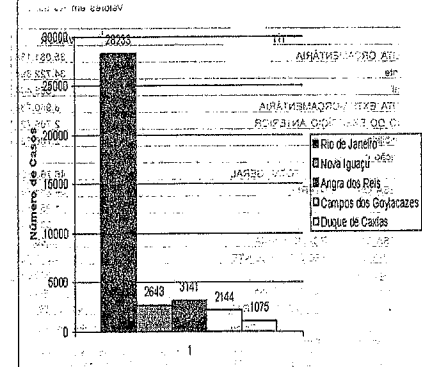
A presente epidemia, no primeiro quadrimestre de 2008, assinala a presença dos três sorotipos já introduzidos e registra a possibilidade, ainda não confirmada, da entressa em circulação do quarto sorotipo deste arbovírus. Isso se confirma a entrada desse novo sorotipo, a letalidade da doença está ampliada em muito, devido ao aumento da probabilidade de ocorrência de sua forma mais grave, a febre hemorrágica da dengue.

TOTAL DE CASOS DE DENGUE NOTIFICADOS EM 2008

REGIÃO/UF	TOTAL CASOS	TOTAL ÓBITOS	FHM ¹	DDC ²
BRASIL	120.870	74	647	48
NORTE	20.664	10	76	10
NORDE	29.176	5	132	5
SUDESTE	52.917	58	417	31
MG	4.503	1	2	1
ES	3.907	-	-	-
RJ	43.523	54	414	30
SP	984	1	0	3
SUL	3.393	0	0	0
C.OEST.	14.421	3	22	4

Nesse ano de 2008, o Ministério da Saúde registrou no país, até o dia 27 de março, mais de 120 mil casos notificados de dengue, dos quais mais de 43 mil ocorreram no Estado do Rio de Janeiro. Em todo o Brasil, apresentaram-se 547 casos de Febre Hemorrágica, dos quais 414 ocorreram no Estado do Rio de Janeiro. Além disso, do total de 74 óbitos registrados no país, 54 ocorreram no Estado. Esta estatística aponta que o Rio de Janeiro apresenta o pior desempenho dentre os estados brasileiros, com maior incidência de casos, maior prevalência da forma hemorrágica e maior taxa de mortalidade.

MUNICÍPIOS COM MAIOR OCORRÊNCIA DE DENGUE



Nessa epidemia, a maioria dos casos se concentrou nos municípios do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Angra dos Reis, Campos dos Goyazacates e Duque de Caxias.

Resalta-se que os casos de Febre Hemorrágica e os óbitos por dengue, registrados até o mês de março do Estado, são superiores aos registrados em todo o ano de 2007.

Assim, o Poder Público está diante de um enorme desafio, qual seja, conseguir erradicar ou, na pior das hipóteses, controlar o nível de infestação por um vetor biológico, que se reproduz com inextinguível facilidade.

No entanto, apesar da existência de repasses, desde o início de 2007, do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, no valor de R\$576 milhões, não tem sido verificadas ações de combate oportunas e prioritárias, dinamicamente articuladas entre as três esferas da governabilidade do SUS, para enfrentar a doença com determinação, regularidade e eficácia.

A despeito do esforço das administrações da União e do Estado do Rio de Janeiro, considerando que a epidemia de dengue havia sido prevista desde janeiro do ano de 2007, é forçoso concluir que o desempenho de ambas as administrações, como também das administrações dos municípios fluminenses envolvidos, foram falhas, no que diz respeito às suas estratégias e ações sanitárias.

A equivocada gestão da saúde pública trouxe como consequência para a população do Estado, o desconforto da convivência com esse vetor biológico em elevados índices de infestação, decorrente da baixa eficácia do controle de sua multiplicação e dispersão. Ademais, acentuou situação igualmente desfavorável ao submeter a população infectada ao atendimento, sem as condições assistenciais adequadas, na rede pública de serviços de saúde.

Finalmente, a falácia do atendimento ambulatorial da doença resultou nas formas graves de manifestação da enfermidade, responsáveis pela elevada mortalidade entre os casos notificados, com predomínio do óbito em crianças.

Especificamente quanto à administração do Estado do Rio de Janeiro, constata-se, em função dos entes federativos a que está submetida, sua baixa capacidade de resolução para executar, com agilidade, os procedimentos gerenciais que viabilizam a execução de seu planejamento técnico.

Assim, no caso do diagnóstico epidemiológico da dengue, conhecido com bastante antecedência, estes procedimentos foram postergados por óbices relacionados à morosidade da máquina administrativa da SEDSC.

D.O.

AÇÕES DE GOVERNO
OBSERV.
O Relatório de
nejamto - SEPLA
que lunge à exigência

DETERM.
A SECRE
a) Adotando
artigo 45 da LRF, a
mente a inclusão de
consignada prevista
para as despesas q
b) Reform
comparativos entre
pneclivas ações, pro
dimensionar o perce
efetividade alcançada

SISTEMAS DE INFO
OBSERV
Ausência
desenvolvidos pelo l

DETERM
AO CEN
ESTADO DO RIO D
Encaminh
de Gestão do Gove

PROGRAMAS DE S

O Plano encontra-se inconsistente epidemiológico; abre orçamentários da ac

Portaria MS nº 3.133/06, submetendo a proposta de alteração do artigo 36 d

b) Elabo
tabelecendo, entre
Estado, abrangend
dades clínico-assist
ser realizado pelas

AVALIAÇÃO DO PLANO DE OBSERVAÇÃO
A consolidação das observações ambientais e a elaboração do plano de observação foram realizadas em conjunto com o tema de Informação e Comunicação.

**DETERN
À SECR**

quando da apresen-
exercício de 2008,
Estado do Rio de
tados da própria Se
à ausência de norm

OBSERVAÇÃO
A designação preventiva (ordens sejam potentes) do Estado do I

de nº 27, item "b",
Governador do Estr

DETERNA
À SECR
Adolar e

vernador do Estado tornar efetiva e eficaz as presas cujas atividades ambiente, incluindo a fiscalização do I

GASTOS NA MAN
OBSER
A fonte
lizada, indevidamer
de impostos, se arr
lação segregada n

DETERMINAR A SECRECIA
Criar condições para trabalhar separadamente, cada um com as fontes de

FUNDO DE DESE
PROFISSIONAIS E

PROFISSIONAIS D
OBSER
No relati
Fundo, pelo Banc
R\$2.015.406,196,03
as disponibilizadas

DETERMINAÇÃO DA SECRETARIA DE REAVIAÇÃO

OBSER'
Fol apu

**DETERI
À SEC**

Quando
ceita para formação
o FUNDEB, enca
ectiva conciliação
OBSER
Na apur

DETERMI

À SECI
RETARIA DE ES
Exigir n
laborar seus orçai
erem executadas,
da classificação

UNDAÇÃO CAR
IO DE JANEIRO
OBSER
Não inc

os valores referen-
tes e às multas
umem ao concei-
TN, caracterizanc

DETERI

A SECI
AÇÃO CARLOS
E JANEIRO - FA
Conside
009, na fixação (

PROGRAMA DE I

STADUAL Nº 40
OBSER
A ausê
o de dados sufic
nceiras e organ

Parcelamento de
guilameado pel

ACÕES DE GOVERNO

OBSERVAÇÃO 9:
O Relatório de Ações Finalísticas, elaborado pela Secretaria Estadual de Planejamento - SEPLAG, não atende adequadamente ao disposto no artigo 45 da LRF, no que tange à exigência da transparência das ações da administração pública.

DETERMINAÇÃO Nº 27:

À SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Adotar providências no sentido de dar efetivo cumprimento ao disposto no artigo 45 da LRF, aprimorando os relatórios pertinentes, de modo a demonstrar claramente a inclusão de novos projetos no Plano Orçamentário Anual somente após ter sido consignada previsão orçamentária para os projetos que se encontram em andamento e para as despesas que contemplem a conservação do patrimônio público.

Reformular o Relatório de Ações Finalísticas com os dados consolidados e os resultados entre os produtos concluídos e em andamento no exercício e as respectivas ações, produtos e metas previstas para o período no PPA, de forma a permitir dimensionar o percentual dos objetivos traçados naquela peça de planejamento e avaliar a efetividade alcançada pela administração ao executar as ações planejadas para o exercício.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

OBSERVAÇÃO 10

A ausência de informações, o que impede a análise dos programas e ações desenvolvidos pelo Estado do Rio de Janeiro na área de tecnologia da informação.

DETERMINAÇÃO Nº 28:

AO CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ

Examinar a este Tribunal, sempre por ocasião da apresentação das Contas do Governo do Estado, os relatórios detalhados dos principais programas implementados na área de Tecnologia da Informação, contendo despesa realizada por projeto, objetivos, indicadores e os aspectos operacionais de sua execução, bem como os resultados da coordenação e das deliberações despendidas pelo Conselho Estadual de Tecnologia da Informação (CONSETI) no período.

PROGRAMAS DE SAÚDE

OBSERVAÇÃO 11

O Plano Estadual de Saúde apresentado, que abrange o período 2005/2008, encontra-se inconsistente, haja vista não contemplar os seguintes aspectos: diagnóstico epidemiológico abrangente territorial não consolidado com os dados dos instrumentos operacionais da administração; e não aprovação pelo Conselho Estadual de Saúde.

DETERMINAÇÃO Nº 29:

À SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
Elaborar o Plano Estadual de Saúde de acordo com o que preceitua a Portaria MS Nº 3.085/06, destacando-se o artigo 4º, bem como a Portaria GM Nº 3.337/06, submetendo ao Conselho Estadual de Saúde, em atendimento ao que preceitua o artigo 35 da Lei Federal Nº 8.080/90 e artigo 1º da Lei Federal Nº 8.142/90;

Elaborar planejamento a ser integrado ao Plano Estadual de Saúde, estabelecendo, entre suas componentes, ações para o controle endêmico da dengue no Estado, abrangendo as atividades de controle do vetor biológico quanto às atividades clínico-assistenciais relacionadas ao correto tratamento de pessoas infectadas, a ser realizado pelas Superintendências da Vigilância em Saúde e de Atenção à Saúde.

AValiação DO PASSIVO AMBIENTAL

OBSERVAÇÃO 12

A consolidação, em relatório gerencial único, dos dados referentes aos acidentes ambientais ocorridos na área do Estado do Rio de Janeiro abrangida pelo Sistema de Informações de Riscos Ambientais (SIRA), prossegue sem efetivação, já tendo sido objeto do item "a" da Determinação de nº 27, exercida por esta Corte após apreciação das Contas de Gestão do Governador do Estado referentes ao exercício de 2006.

DETERMINAÇÃO Nº 30:

À SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
Consolidar, em relatório gerencial único, a ser encaminhado a esta Corte quando da apresentação das Contas de Gestão do Governador do Estado referentes ao exercício de 2008, os dados referentes aos acidentes ambientais ocorridos na área do Estado do Rio de Janeiro abrangida pelo SIRA, hoje apresentados em relatórios apartados da própria Secretaria e da Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA), face à ausência de normatização própria.

OBSERVAÇÃO 13

A designação de equipes de servidores, com atribuição específica de fiscalização preventiva do cumprimento da legislação ambiental, pelas empresas cujas atividades sejam potencialmente causadoras de maiores impactos ao meio ambiente no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, não foi efetivada, tendo sido objeto da Determinação de nº 27, item "b", exercida por esta Corte após apreciação das Contas de Gestão do Governador do Estado referentes ao exercício de 2006.

DETERMINAÇÃO Nº 31:

À SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

Adotar e informar, quando da apresentação das Contas de Gestão do Governador do Estado referentes ao exercício de 2008, as medidas necessárias a fim de tornar efetiva a execução do plano de controle ambiental, pelas empresas cujas atividades sejam potencialmente causadoras de maiores impactos ao meio ambiente, incluindo a designação de equipes de servidores com atribuições específicas de fiscalização de tais empresas.

GASTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

OBSERVAÇÃO 14

A fonte de recursos 001 - ordinários não provenientes de impostos - é utilizada, indevidamente, no registro de receitas arrecadadas oriundas de alguns tipos de impostos, sejam valores próprios ou acessórios. Por outro lado, não há demonstração segregada na execução de despesas por tipo de tributo.

DETERMINAÇÃO Nº 32:

À SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
Citar codificação específica por subitens de recursos no intuito de espelhar, separadamente, cada tipo de recurso registrado no fonte 001, a exemplo do que ocorre com as fontes de recursos 012 - convênios/administração direta, e 013 - convênios/administração indireta, em que cada código identifica um convênio específico, aperfeiçoando o controle sobre as fontes de recursos a garantindo maior transparência na execução orçamentária, tanto em termos de receita quanto de despesa.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

OBSERVAÇÃO 15

No relatório do FUNDEB consta informação de que o valor total transferido do Fundo, pelo Banco do Brasil, aos municípios do Estado do Rio de Janeiro, foi de R\$1.016.405.109,03, não se conformando com o estabelecido, pois tais informações não são disponibilizadas pelo Sistema de Informação do Banco do Brasil, foi verificado que os valores não apresentavam consonância entre si, fato que evidencia a fragilidade dos controles da Secretaria de Estado de Educação.

DETERMINAÇÃO Nº 33:

À SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Revelar, no exercício de 2008, o apuramento dos exercícios subsequentes, os controles existentes no que diz respeito aos valores do FUNDEB recebidos e redistribuídos pelo Banco do Brasil, de forma a retratar fidedignamente a movimentação dos recursos do referido Fundo.

OBSERVAÇÃO 16

Foi apurada divergência de R\$687.344,46 no confronto do montante contabilizado como receita para a formação do FUNDEB (R\$2.155.976.300,93) com o total das despesas empenhadas com contribuições ao FUNDEB registrado na conta 333704102 - contribuições para o FUNDEB (R\$2.156.666.645,39).

DETERMINAÇÃO Nº 34:

À SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
Quando da apuração de divergências entre o montante registrado como receita para formação do FUNDEB e o efetivamente empenhado referentes às contribuições ao FUNDEB, encaminhar nota explicativa informando o motivo da diferença com a respectiva contabilidade dos valores.

OBSERVAÇÃO 17

Na apuração da aplicação dos recursos do FUNDEB, foram incluídos valores executados em subitêns diversos, que podem corresponder a qualquer segmento do ensino e para os quais não foi apresentada documentação comprobatória de sua destinação aos segmentos de ensino fundamental e médio, conforme apontado no subitem 7.2.3.1 deste relatório.

DETERMINAÇÃO Nº 35:

À SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO E À SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Eligir maior grupo dos entes integrantes da administração pública estadual ao elaborar seu orçamento, considerando de forma mais ampla e abrangente as ações a serem executadas, adotando o mesmo rito ao proceder à consolidação dos instrumentos de planejamento e orçamentação.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FAPERJ

OBSERVAÇÃO 18

Não incluído, na base de cálculo de apuração da receita tributária líquida, dos valores referentes à dívida ativa tributária, às multas e juros de mora dela decorrentes e às multas e juros dos tributos em espécie, haja vista que tais ingressos subsistem ao conceito mais amplo de obrigação tributária, conforme artigo 113, §1º do CTN, caracterizando-se, portanto, como receita tributária.

DETERMINAÇÃO Nº 36:

À SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO E À FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FAPERJ

Considerar, quando da elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2009, na fração das despesas com aplicação dos recursos da FAPERJ, a receita tributária líquida, apurada para fins de aplicação do artigo 332 da Constituição Estadual, os valores referentes à dívida ativa tributária, às multas e juros de mora dela decorrentes e às multas e juros dos tributos em espécie, haja vista que tais ingressos subsistem ao conceito mais amplo de obrigação tributária, conforme artigo 113, §1º do CTN.

PROGRAMA DE PAGAMENTO/PARCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR - DECRETO ESTADUAL Nº 40.874/2007

OBSERVAÇÃO 19

A ausência de informações sobre os critérios e os procedimentos, assim como de dados suficientes para esclarecer todas as implicações operacionais, jurídicas, fiscais e organizacionais da implementação e execução do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar, instituído pelo Decreto Estadual Nº 40.874/2007, e regulamentado pela Resolução SEFAZ Nº 73/2007.

DETERMINAÇÃO Nº 37:

À SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Encaminhar, a este Tribunal, relatórios semestrais sobre a execução do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar, instituído pelo Decreto Estadual Nº 40.874/2007, visando subsidiar o acompanhamento por esta Corte de Contas, assim como, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da decisão, apresentar relatórios complementares sobre a sua implementação, de forma a esclarecer, dentre outros aspectos, a situação sobre os direitos subjetivos daqueles que não se interessam em aderir ao regime de parcelamento proposto; o âmbito e regulamentação da delegação atribuída à SEFAZ pelo artigo 2º do supracitado Decreto; os dados relativos às renegociações já efetuadas com cada credor e seus respectivos pagamentos.

DETERMINAÇÃO Nº 38:

À COORDENADORIA DE AUDITORIA E DESENVOLVIMENTO - CAD

Analisar os relatórios semestrais a serem encaminhados pela Secretaria de Estado de Fazenda, bem como as informações complementares, objeto da Determinação de nº 37, com o escopo de levantar os fatos e coletar todos os elementos necessários para a obtenção dos dados, visando subsidiar o acompanhamento, a ser efetuado por esta Coordenadoria, no que tange à implementação e execução do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar, instituído pelo Decreto Estadual Nº 40.874/2007.

RECOMENDAÇÕES

O valor da reserva de contingência consignado na Lei Orçamentária para o exercício de 2007 encontra-se bem abaixo do valor dos passivos consignados no Anexo de Riscos Fiscais - LDO.

PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

O valor da reserva de contingência consignado na Lei Orçamentária para o exercício de 2007 encontra-se bem abaixo do valor dos passivos consignados no Anexo de Riscos Fiscais - LDO.

RECOMENDAÇÃO Nº 1:

Quando da elaboração dos demonstrativos orçamentários, atentar para o disposto no artigo 6º, inciso II, alínea "b", da LRF, no que se refere à constituição de reserva de contingência, para que o seu valor seja compatível com o constante no Anexo de Riscos Fiscais.

PATRIMÔNIO PÚBLICO

A avaliação dos imóveis de propriedade do Estado do Rio de Janeiro vem sendo efetuada de maneira precária, em face da falta de estrutura adequada dos órgãos responsáveis para a realização desse trabalho, conforme constatado na análise das contas de gestão, bem como em diversos processos de inspeções efetuadas. Tal situação persiste, apesar das constantes determinações desta Corte aos órgãos competentes, no sentido de eventuais, permanentemente o patrimônio subavaliado.

RECOMENDAÇÃO Nº 2:

À SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE RECURSOS, LOGÍSTICA E DE PATRIMÔNIO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Quando da elaboração e execução dos instrumentos orçamentários do Estado, avaliar firmemente junto aos órgãos competentes, de modo a atentar as suas necessidades financeiras, estruturais e organizacionais, possibilitando o cumprimento efetivo das suas atribuições no trato da avaliação dos bens imóveis de propriedade do Estado.

GASTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

A fonte de recursos 001 - ordinários não provenientes de impostos - é utilizada indevidamente para o registro de receitas arrecadadas oriundas de alguns tipos de impostos, sejam valores próprios ou acessórios. Por outro lado, não há demonstração segregada na execução de despesas por tipo de tributo.

RECOMENDAÇÃO Nº 3:

À SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO E À SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
Tendo em vista a definição de "receita resultante de impostos", contida na Portaria STN Nº 633, de 30.08.06, avaliar a conveniência de se manter o registro dos valores arrecadados com impostos, sejam eles próprios ou acessórios, na fonte de recursos 001 - "outros ordinários não provenientes de impostos", de modo a tornar mais transparente a execução da receita e da despesa, em particular, no tocante ao cumprimento das aplicações mínimas em manutenção e desenvolvimento do ensino e em saúde.

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA E ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS - FECEP

Foi constatado elevado percentual de despesas com saúde e educação financiadas com recursos do FECEP em 2007, bem como foram fixadas despesas no orçamento de 2008, com recursos vinculados ao Fundo, em finalidades distintas aos seus objetivos.

RECOMENDAÇÃO Nº 4:

a) Apurar o estágio de dependência das ações e serviços públicos de saúde e educação aos recursos arrecadados pelo FECEP, bem como avaliar o risco diante do grau de dependência encontrado para a continuidade e o aperfeiçoamento dessas ações e serviços a cargo do Estado, considerando a temporalidade na arrecadação dos recursos.
b) Adotar medidas para a observância, no exercício de 2008 e posteriores, da vedação da aplicação de recursos do FECEP em despesas contrárias aos objetivos do Fundo, conforme decisão desta Corte em processos TCE-RJ Nº 113.165/07.

FUNDO ESTADUAL DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL - FECAM

O histórico de diversas notas de empenho emitidas pelos órgãos/entidades que receberam e executaram créditos descentralizados pelo FECAM não discrimina, de forma completa, o conteúdo finalístico da despesa, de maneira a permitir averiguar a compatibilidade das mesmas aos objetivos do Fundo Especial.

RECOMENDAÇÃO Nº 5:

a) Enviar esforços, junto aos órgãos/entidades que recebem e executam créditos descentralizados pelo FECAM, no sentido de observar, quando da realização das correspondentes despesas, o atendimento às finalidades precípuas para as quais o Fundo Especial foi implementado;
b) Adotar providências, junto aos órgãos/entidades que recebem e executam créditos descentralizados pelo FECAM, no intuito de atentar para a necessidade de preencher, de forma completa e inequívoca, o histórico das notas de empenho lançadas no SIAPFEM, de maneira a ensejar uma adequada análise finalística das despesas, em face do que estabelece o artigo 263, caput e §3º da Constituição Estadual.

AGRADECIMENTOS

Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, Senhor Procurador-Geral do Ministério Público Especial junto a esta Corte.

Muito me honra o convite de Relator das Contas de Gestão do Estado do Rio de Janeiro, apresentadas pelo Excelentíssimo Governador Sérgio Cabral, relativas ao exercício de 2007.

Antes de dar por encerrado a missão que me foi atribuída, quero registrar o meu reconhecimento ao Presidente desta Casa, o Exm. Conselheiro José Maurício de Lima Lourenço, pelo apoio que recebi, sendo disponibilizado ao meu Gabinete, bem como à minha Assessoria Técnica, os meios necessários para a realização desse trabalho.

Do mesmo modo, quero deixar consignado um agradecimento muito especial aos meus Assessores Alexandre de Souza Gambioli, Edgard Ary Chagas Lefevre, Elaine Faria de Melo, Geleide de Figueiredo Porto, Gino Novis Cardozo e Roberto Fernandes, que, com dedicação e eficiente desempenho, em trabalho incansável, realizaram de forma minuciosa a execução da tarefa de elaboração do Relatório, Voto e Parecer Prévio sobre as Contas do Chefe do Poder Executivo.

Do mesmo modo, e de uma forma particular, extendo meus agradecimentos à Chefe de meu Gabinete e à Assessoria Técnica, na pessoa da Dra. Raphaela Zuccato Silva Gallo e Dr. Marcos Antônio Machado Antunes, representando os demais servidores.

Nesta oportunidade, quero registrar, ainda, o meu agradecimento aos funcionários do Gabinete da Presidência e da Secretaria-Geral de Planejamento, na pessoa das Dzas. Adriana Lopes de Castro e Maria Alice Santos, pela presteza e eficiência com que atenderam às demandas que surgiram no decorrer dos trabalhos, em especial pela apresentação do Sistema Sodoeconômico que fiz inserir em meu relatório.

Merecem, também, especial referência os servidores Ricardo Ewerton Brito Santos, Secretário-Geral de Controle Externo; Paula Alexandra Canas de Paiva Nazareth, Secretária-Adjunta da Subsecretaria de Auditoria e Controle da Gestão e da Recalibragem; bem como os servidores lotados na Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento e na Coordenadoria de Controle da Receita, sob a coordenação de Celso Henrique de Oliveira e Nina Quintanilha Antunes, que atuaram com extrema competência, dedicação e zelo profissional na análise destas Contas.

Ademais, convém mencionar que os apoios dados pela Secretaria-Geral de Administração e pela Subsecretaria de Informática foram de fundamental importância para a realização desse trabalho.

Finalmente, solicito a V.E.Sr. Senhor Presidente, que, por justiça e merecimento, sejam consignados nos assentamentos funcionais os elogios, reconhecimento e agradecimento aos dedicados funcionários que, efetiva e eficientemente participaram da elaboração do Relatório e dos Projetos de Parecer Prévio sobre as Contas de Gestão do Estado do Rio de Janeiro, exercício de 2007, que me permitiu indicar a seguir:

ASSESSORIA TÉCNICA DO RELATOR:

Alexandre de Souza Gambioli

Edgard Ary Chagas Lefevre

Elaine Faria de Melo

Geleide de Figueiredo Porto

Gino Novis Cardozo

Roberto Fernandes

APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO:

Fernando Antônio M. Pinto de Lima

Cristine Silveira da Silva Raposo

Marcelo Francisco da Paixão

SERVIDORES DO CONTROLE EXTERNO:

Ricardo Ewerton Brito Santos

Paula Alexandra Canas de Paiva Nazareth

Celso Henrique de Oliveira

Nina Quintanilha Antunes

Robson de Oliveira Araújo

Ana Cláudia Chaves de Silva

Livian Azevedo Zeemann do Pinho

Gerson Neves Nascimento

Claudia Augusta de B. Correa

Mário Albuquerque de Almeida

Adriana Cirne de Paula

Sergio Wilson Nóbrega

- Sérgio Lino de S. Carvalho

- Leandro Silveira Ramos da Cunha

- Claudio Augusto B. Guimarães

- Gustavo Bastos Monteiro

- Ely Alves Pinheiro

- João Demétrio de Paula

- Toneysson da Silva Abreu

- Marco Antônio Fernandes Costa

- Jorge Eduardo Belagado Sales

- Ricardo Bittencourt

- Marcelo da Costa S. Passos

- Luiz Carlos Guidini Junior

- Fabiano Macedo da Veiga

- Vanda Claudia Galvão Nunes

- Cesar Mala Lourenço

- Isabel Cristina Nunes Alves

- Maurício Guilherme Neme e

- Carlos Eduardo Henriques Felo de Lemos

ANEXO 2: DECLARAÇÃO DE VOTO DO SENHOR CONSELHEIRO ALUISIO GAMA DE SOUZA, PARCIALMENTE LIDA EM PLENÁRIO, COM SUGESTÃO NÃO ACATADA PELO RELATOR

Traço o presente processo das Contas de Gestão do Governo do Estado do Rio de Janeiro, sob a responsabilidade do Governador do Estado, Excelentíssimo Senhor Sérgio Cabral, relativas ao exercício de 2007.

De acordo com as normas que regem o exame deste processo nesta Corte de Contas, apresento a cópia da manifestação do Corpo Informativo e o Parecer do Doto Ministério Público, bem como o Relatório e Parecer elaborado pelo Relator do processo, Conselheiro Jonas Lopes de Carvalho Junior.

Analisando as atividades passadas, passo a tecer comentários sobre as mesmas. Adotei a abordagem constante de minuciosa análise do exercício financeiro, de 2007 do Governo do Estado do Rio de Janeiro, cumprindo o mandamento constitucional de auxiliar a Assembleia Legislativa na apreciação dos reflexos da administração financeira e orçamentária sobre o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Gravosa relação e parâmetro a resultado de análises de balanços apresentados pelo Chefe do Poder Executivo, tendo como subsídio os elementos colhidos no trabalho de auditoria financeira e orçamentária desenvolvido de forma bilhante pelo Corpo Técnico e Deliberativo desta Corte.

Adotei a apresentação dos Censos Econômicos Mundial, Brasileiro e de nosso Estado, contextualizando as ações públicas realizadas e os resultados obtidos no exercício, a análise do lustre Relator nos mostra a execução orçamentária, a verificação do cumprimento dos mandamentos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, a realização das ações governamentais, o orçamento aprovado e, por último, a observância do atendimento aos limites constitucionais e legais.

Em relação ao último tópico, verifiquei o atendimento aos seguintes limites estabelecidos nas normas:

- Gastos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - 25,04% para um limite mínimo de 25%;

- FUNDEB - 98,41% em gastos com profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública para um limite mínimo de 60%;

- FAPERJ - 2,03% para um limite mínimo de 2%;

- Gastos na Saúde - 12,49% para um limite mínimo de 12%;

- Fundo de Combate e Pobreza - Não houve aplicações ilegítimas;

- FECAM - 5,02% para um limite mínimo de 5%;

- Despesa de Pessoal Consolidada - 38,41% da receita corrente líquida para um limite máximo de 60%;

- Dívida Consolidada Líquida - 173,47% da receita corrente líquida para um limite máximo de 200%;

- Garantias Concedidas - 3,65% da receita corrente líquida para um limite máximo de 22%;

- Operações de Crédito - 0,61% da receita corrente líquida para um limite máximo de 10%.

Creio ser relevante chamar a atenção para o fato que muito me preocupa.

O Governo do Estado insiste em apurar seus gastos a partir de premissas que não são aceitas por esta Corte. Em quase todos os índices apurados, o Corpo Técnico desta Casa encontrou interpretações equivocadas, que o levou a fazer ajustes, resultando em valores muito próximos aos limites.

Além disso, ao analisar os gastos com o Fundo Estadual de Conservação Ambiental - FECAM, observei uma outra questão relevante trazida pelo nosso Corpo Técnico: algumas notas de empenho não permitem aferir se as despesas efetivamente se destinaram às finalidades para as quais os recursos foram destinados.

Pela minha experiência com o trabalho de auditoria financeira, entendo este problema a todos os demais índices analisados. Esta constatação põe em dúvida se, na realidade, alguns dos limites foram alcançados, principalmente pelo fato de os valores calculados estarem bem próximo do mínimo previsto nas normas.

Ademais, ao Chefe do Poder Executivo, quero manifestar, para alguns correção, a constatação de uma pequena falha poderá levar a esta Corte a emitir parecer prévio contrário à aprovação das contas.

Está já senta o caso, por exemplo, das despesas com a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ.

O art. 332 da Constituição Estadual prevê que "o Estado do Rio de Janeiro destinará, anualmente, à Fundação de Amparo à Pesquisa - FAPERJ, 2% (dois por cento) da receita tributária do exercício, deduzidas as transferências e vinculações constitucionais e legais".

O Estado, para efeito do repasse, considerou a receita tributária arrecadada, sem dedução das transferências e vinculações, no montante de R\$ 19.705.276.282,62.

No valor acima, observei que não foram incluídas as receitas arrecadadas provenientes da dívida ativa tributária dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, bem como dos juros e multas relativos aos tributos que, indiscutivelmente, têm natureza tributária.

A abrangência e consolidação do termo "receita tributária" há muito tempo vem sendo debatido nesta Corte. Observei várias decisões em processos de consulta (200.658-001, 200.658-001, 212.655-001, 221.677-001, 238.655-002, 240.161-001, 250.138-

Verificamos, também, as providências adotadas para aumentar a arrecadação e os resultados que foram obtidos. Constatamos sua determinação em manter o equilíbrio das contas, quando verificamos que ordenou a limitação de empenho no caso de não atingir as metas bimestrais estabelecidas.

Também avaliamos o pagamento de dívidas, passadas. E examinamos as despesas efetuadas nos últimos 8 meses de mandato e, também, aquelas inscritas por ele em resoluções a pagar mesmo sem disponibilidade de caixa, com o objetivo de determinar a relevância de cada uma delas para a governabilidade.

Durante esse processo de verificação, não tivemos nenhuma argumentação trazida pelos gestores nas peças de defesa, na tentativa de justificar as falhas encontradas no exame de suas contas. Nos deparamos com novas situações que nos levaram a aperfeiçoar nossa metodologia de verificação sem, repito, perder o foco na essência da lei.

No exame dessas situações não me lembro de ter deparado com a que nos apresenta este processo.

Até mesmo o Decreto Estadual nº 40.874/2007, de 02/08/2007, o Governador do Estado determinou que o pagamento das obrigações decorrentes do tesouro estadual, inscritas em resoluções a pagar, fossem referidas ao exercício de 2006 e anteriores, que se encontram devidamente registradas no SIAP/EMR/R e reconhecidas pela atual Administração, sendo feito em 14 parcelas semestrais de igual valor a partir de 2008, postergando mais da metade da dívida para o próximo exercício.

A solução imposta pelo Estado foi a de desconstruir o direito contratual dos seus credores de recebimento imediato dos valores referentes aos serviços reconhecidamente executados, postergando o pagamento devido para os próximos sete exercícios financeiros.

Os fatos acima relatados me preocupam. Primeiro porque se trata de institucionalização do café na Administração Pública. É o famoso "devo não negar, pago quando puder". Aliás que o Decreto nº 40.874/2007 estabeleceu o prazo para a quitação da dívida: sete anos para pagar ao credor o que é dele por direito legal.

Se, em outras situações, não houvesse o Decreto, posso antever um aumento de preços na compra de bens e na contratação de serviços para o Estado. Afinal está o custo que acaba incidendo no meu pagador.

A capacidade do Estado de cumprir suas obrigações financeiras com os seus fornecedores é um dos fatores decisivos sobre a legitimidade do Estado, pois o mercado local para compras feitas pelo Poder Público.

O próprio Governo Federal reconheceu a existência deste custo através de um diploma legal. Ao estabelecer no artigo 3º, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal que a lei de diretrizes orçamentárias, além de estabelecer as metas e as prioridades, deve conter as previsões contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, o Governo Federal teve por objetivo dar transparência à situação das contas públicas de cada ente, para que os diversos setores da economia pudessem avaliar o risco em firmar contratos com o Estado, e, consequentemente, reduzir as taxas de empréstimo e, também, os preços dos produtos e serviços ofertados em processos de licitação.

Com o histórico de mau pagador é de se esperar que as empresas do setor privado reajustem seus preços. Tal fato ocorreu em muitas vezes por equívoco, acaba sendo rotulado de superfaturação. Já que oficialmente pagamos as parcelas de preços.

Esta Corte reconhece a existência deste custo no processo nº 235.881-1/06, ao afirmar que "O presente processo de fiscalização, embora não seja de natureza fiscal, não deverá ter influência sobre o preço a ser cobrado pelo órgão contratante, desde que não restitua nenhuma insolvência da entidade municipal ou comprometa o limite de pagamento que impõe maior risco na capacidade de honrar compromissos relativos da contratação".

Aliás, desde os termos do Decreto não me permitem falar os pagamentos ocorrerem com atrasos legais.

O segundo motivo de minha preocupação é o que de fato o procedimento adotado pelo Estado representa para o gestor responsável das finanças públicas. O Decreto Estadual transforma, sem negociação, o crédito, uma dívida de curto prazo para uma dívida de longo prazo, que se estende, inclusive, por todo o mandato seguinte (2011 a 2014).

A Lei de Responsabilidade Fiscal não proíbe que o administrador deixe dívidas para as próximas gestões, mas obriga que sejam contraídas dentro de certas condições e respeitados os limites estabelecidos por Resoluções do Senado Federal.

Esse mecanismo, se disseminado pelos demais entes, pode trazer graves consequências para a gestão das finanças públicas, com o aumento do nível de endividamento sem um controle adequado.

Já estou vendo Prefeitos assumindo o próximo mandato com um Decreto pronto para ser publicado, postergando o pagamento de juros a pagar em 10, 15 ou 20 anos talvez. Ou quem sabe, estabelecendo um período de carência de 4 anos, com o objetivo de livrar seu nome da obrigação de pagar juros.

Assim que foi publicada a Lei de Responsabilidade Fiscal constatamos que muitos Municípios e o Estado tinham dívidas futuras que comprometiam parte considerável de suas receitas. Era, portanto, uma situação excepcional, e não seria justo cobrar dos novos gestores soluções imediatas para a dívida, uma vez que a dívida já estava cumprindo o artigo 42 para os Prefeitos que terminaram o mandato em 2000, ano da edição da lei.

Contudo, creio que já deveríamos ter revisado nossa posição em relação ao descumprimento do plano de longo prazo da dívida por efeitos práticos. Já se passaram 7 anos desde a publicação da lei e a situação dos Municípios e do próprio Estado já melhorou sensivelmente.

Culpo essa situação inerente pela iniciativa do Ilustre Governador, que acabou institucionalizando o que na prática vinhamos percebendo. Mas a legalidade desta norma é minha outra preocupação.

Em meu entendimento o Decreto em questão contraria os termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, no qual está estabelecido que deve, "cada unidade de Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a seguinte ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público a respeito da justificativa da autoridade competente, devidamente publicada".

Resolvido isso, a ilegalidade dada pela legislação é a regra da ordem cronológica é tamanha que a própria Lei Federal nº 8.666/93 aplica como crime a conduta que a infringe, com pena de detenção variável de dois a quatro anos, prevista em seu artigo 92.

É certo, contudo, que o mesmo dispositivo (art. 5º) ressalta a possibilidade de desconstrução à estrita ordem cronológica quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prova justificativa da autoridade competente.

Foi essa, aliás, a sustentação "legal" utilizada pela Administração Estadual para editar o Decreto nº 40.874/2007, no qual, inclusive, uma dívida de curto prazo para uma dívida de longo prazo, que se estende, inclusive, por todo o mandato seguinte (2011 a 2014).

A observância da ordem cronológica é regra inafiançável imputada ao Administrador Público, que não tem poder discricionário para escolher a quem beneficiar com o pagamento, privilegiando uns em detrimento de outros.

A postergação do pagamento de juros não é uma prática que se devam e regulamentar contratamos com o Poder Público. Porém, não podemos deixar de reconhecer que, por parte da Administração, a limitação das outras dívidas ou pagamentos de ordem cronológica posterior, não apenas viola o artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, como configura infração das disposições do artigo 1º, inciso I, do mesmo diploma legal.

Examinar esta mesma questão, o Conselho Relator, com base no princípio da reserva do possível, afirma que não estaria o administrador obrigado a cumprir uma ordem de comprometimento de recursos financeiros, que, se aplicada da maneira adequada, estaria protegendo interesses subjetivos patrimoniais em detrimento da consecução de direitos sociais relevantes à população.

O teor do inciso II do artigo 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que a situação estatal no tocante à efetivação de alguns direitos (momentaneamente patrimoniais), condicionada à prestação do Estado (ou contraprestação) à existência de recursos públicos disponíveis para tanto.

E conclui que, "diante do panorama político-financeiro do Estado é possível a implementação de um programa de gestão de dívidas; por meio de normas e critérios objetivos e transparentes que preservem a moralidade, a impessoalidade e a isonomia, e subordinem direitos subjetivos patrimoniais a direitos sociais relevantes à população".

A nota técnica nº 04/2008 SUBINSEF/RJ trata dos fatos e das fundamentações que ensejaram a edição do Decreto, e apresenta um panorama político-financeiro do Estado para justificar a sua adoção perante os credores.

Concordo integralmente com o Relator, mas destaco que o cenário apresentado para justificar a alteração da ordem cronológica de pagamentos não se confirmou na prática, já que ao final do exercício de 2007 constatamos, através das contas sob exame, os seguintes resultados extremamente favoráveis:

- O Estado arrecadou R\$ 36,5 bilhões, representando uma redução de 99,26% da receita prevista;
- A variação do endividamento do Estado ficou dentro da meta estabelecida nos instrumentos de planejamento orçamentário;
- A meta de resultado primário para o exercício foi superada, tendo sido apurado o montante de R\$ 3,5 bilhões, superior ao previsto na LDO em R\$ 2,3 bilhões;
- O Balanço Financeiro demonstrou um resultado superavitário da execução financeira, verificando-se um aumento de 44,44% das disponibilidades em relação ao exercício anterior;
- As metas bimestrais de arrecadação foram praticamente cumpridas, não sendo expedida a limitação de empenho prevista no artigo 5º da LRF;
- Foram executados R\$ 1,35 bilhões em investimentos e R\$ 31,82 bilhões em despesas correntes, o equivalente a 94,94% do previsto na Lei Orçamentária Anual;
- Do total de investimentos realizados R\$ 991 milhões foram gastos com obras e instalações e R\$ 374 milhões com equipamentos e materiais permanentes;
- O resultado da execução orçamentária foi positivo em R\$ 794,36 milhões;
- O resultado financeiro apresentou-se superavitário em R\$ 1.071 milhões;
- Com base na evolução da execução orçamentária foi constatada uma melhoria nos Resultados do Estado do Rio de Janeiro, apesar do presente exercício, em relação às vezes anteriores ao exercício anterior.

Portanto, o Estado traçou um cenário de enormes dificuldades para justificar o "relevante interesse público" que menos de 6 meses depois não se mostrou tão negativo assim.

O Conselho Relator em seu voto também afirma que "a análise nas normas editadas para a matéria suscita diversas dúvidas sobre os critérios e os procedimentos do programa, bem como as implicações práticas e jurídicas do mesmo".

Além, entre outras questões, que não foi expedida norma ou orientação sobre os direitos subjetivos daqueles que não se interessam em receber o pagamento e pagamento proposto. E supõe, como eu, que o Estado provavelmente irá relegar o pagamento dos restos a pagar processados não negociados para o fim do mandato, conduzindo tais obrigações para mandatos posteriores.

E conclui não existir nenhuma justificativa para a adoção de instrumentos pelos quais tais novas negociações seriam efetuadas, nem quais os critérios seriam utilizados para convocar os credores e atender ao disposto no artigo 5º do Estatuto das Licitações, como afirmado pelo Decreto em referência, com o que estou inteiramente de acordo.

Por essa regra, podemos concluir que não se admite o início de novas prestações de serviços ou a aquisição de bens e materiais antes do pagamento das obrigações anteriores, sob pena de impossibilidade de constituir novas dívidas até que haja recursos para liquidação das antigas.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Essa limitação de empenho o movimento financeiro, contudo, não deve ser feita sobre despesas anteriores ao movimento de verificação da impossibilidade financeira, mas sobre as despesas posteriores. De acordo com o preleto na Lei de Responsabilidade Fiscal, não poderia, a rigor, o Governo Estadual preterir o pagamento de dívidas anteriores, contanto que não haja comprometimento de recursos para o pagamento de novas obrigações até o reequilíbrio das contas públicas. Esta é a essência da lei. Apenas em caso caso não se demonstrar o relevante interesse público, a inversão da ordem de pagamento poderia ocorrer.

Um dos objetivos insculpidos na lei, convém destacar, é evitar que particulares ilicitamente contratados pelo Poder Público para executar serviços atrelados à sua atividade corrente, após regular procedimento licitatório, sejam afixados a políticas momentâneas, cuja regra prevalecente é a de que dívidas contratuais em outra gestão devam ser preteridas em benefício a novos projetos e novas dívidas da Administração atual.

No Nulius da maioria dos votos na Administração apenas assumiu o encargo de tutelar provisoriamente os interesses da sociedade, não representando, assim, o surgimento de um novo Estado a cada quatro anos, sob pena de absoluta insegurança jurídica. Destaco, ainda, que, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, não poderia a Administração Estadual transformar uma dívida de curto prazo (dívida futura) em dívida de longo prazo (dívida consolidada ou fundada), sem que haja conversão formal entre as partes.

Procedimentos desse tipo, inclusive, têm sido repelidos por outros Tribunais de Contas estaduais, sendo assim regular procedimento licitatório, e afixados a políticas momentâneas, cuja regra prevalecente é a de que dívidas contratuais em outra gestão devam ser preteridas em benefício a novos projetos e novas dívidas da Administração atual.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Assim, também, para o cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a limitação da realização de novas despesas diante da impossibilidade financeira de se extinguir as metas orçamentárias, que, evidentemente, deveriam incluir o pagamento dos restos a pagar.

Processo TCE nº 100.212-0/2001 - TERMO DE AJUSTE DE CONTAS/ASER - INS-TRITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/Embargos de Declaração interposto por SANTIAGO PEREIRA NUNES PEREIRA, para julgamento pelo Tribunal de Contas, em Sessão de 01/07/2008, os seguintes processos:

Processo TCE nº 270.224-3/1999 - CONTRATO/PREFEITURA DE SILVA JARDIM/Embargos de Declaração interposto por ANTONIO CARLOS LACERDA.

Id: 560087

PAUTA ESPECIAL Nº 942008

Na forma do disposto no art. 123 e seus parágrafos do Regulamento Interno, aprovado pela Deliberação TCE nº 167, de 10 de dezembro de 1992, foram incluídos em decorrência do despacho exarado pelo Relator, em Pauta Especial, para julgamento pelo Tribunal de Contas, em Sessão de 01/07/2008, os seguintes processos:

RELATOR: CONSELHEIRO JULIO LAMBERTSON RABELO

Processo TCE nº 202.611-1/2004 - PRESTAÇÃO DE CONTAS/POB EXECUÇÃO DE CONTRATO FORMAL/EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTO POR ARTUR MESSIAS DA SILVA.

Processo TCE nº 208.478-5/2000 - PROMOÇÃO/ADOS MENSAIS DO SIGSIFUNDO MUN. DIR. GRANJA ADO ESC. DE ITAPERUNA/Recurso de Reconsideração interposto por ESMERALDA BUSSADE.

Processo TCE nº 209.674-2/2004 - RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESPECIAL/PREFEITURA DE SÃO JOÃO DA BARRA/Embargos de Declaração interposto por ALBERTO DAJAIRE FILHO e por JEAN CARLOS GOMES DE AZEVEDO.

Processo TCE nº 210.933-9/2003 - RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ORDINÁRIA/PREFEITURA DE SÃO JOÃO DE MERITI/Recurso de Reconsideração interposto por ANTONIO PEREIRA ALVES DE MOURA.

Processo TCE nº 213.136-4/2002 - TOMADA DE CONTAS ESPECIAL/PREFEITURA DE PARACAMBI/Recurso de Reconsideração interposto por DURVAL MURTAZ LUIZ.

Processo TCE nº 217.166-2/2006 - PROMOÇÃO/PRESTAÇÃO DE CONTAS/FUNDO MUN. EDUCAÇÃO DE GUAPIRIM/Recurso de Reconsideração interposto por NELSON COSTA NELLO.

Processo TCE nº 230.889-6/2005 - TERMO/DETERMINAÇÃO DE SÃO GONÇALO/Recurso de Reconsideração interposto por FLAVIO GENNARI.

Processo TCE nº 250.644-1/2001 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ORDENADOR DE DESPESAS/FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE MIRACEMA - FUNEMI/Recurso de Reconsideração interposto por SÔNIA MARIA CORRÊA ROCHA AVERSA.

Processo TCE nº 261.155-2/2002 - PRESTAÇÃO DE CONTAS/CONVENÇÃO E AUXÍLIO/RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO INTERPOSTO POR CARLINDO JOSÉ DOS SANTOS FILHO.

Processo TCE nº 282.599-2/2000 - RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ORDINÁRIA/CÂMARA DE CABO FRIO/Recurso de Reconsideração interposto por WILLIANY GONÇALVES VILAR.

Processo TCE nº 273.316-2/2004 - TERMO/DETERMINAÇÃO DE SÃO GONÇALO/Recurso de Reconsideração interposto por MAURO RICARDO ANTUNES FIGUEIREDO.

Processo TCE nº 100.495-2/2001 - RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ORDINÁRIA - CIOCEHAB - CIA. ESTADUAL DE HABITAÇÃO RJ/Embargos de Declaração interposto por MARLEN DE FARIAS MEIRA.

Processo TCE nº 208.953-2/2006 - RELATÓRIO - LRF/RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTO POR LAERTE KAIL DE FREITAS.

Processo TCE nº 232.653-0/2006 - RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESPECIAL/PREFEITURA DE RIO BONITO/Embargos de Declaração interposto por SOLANGE PEREIRA DE ALMEIDA.

Processo TCE nº 240.681-2/2004 - RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ORDINÁRIA/PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO/Embargos de Declaração interposto por MARIA DA SAUDE MEDEIROS BRAGA.

Processo TCE nº 241.561-1/2004 - RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ORDINÁRIA/PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO/Embargos de Declaração interposto por OMAR CUNHA DINIZ.

Processo TCE nº 114.552-2/2005 - TOMADA DE CONTAS/COMUNIDADE-DE-DESPORTES RODÓVIARIOS/Rajulpação de Débito a MARCO AURELIO MOUZER ARAUJO MOREIRA.

Processo TCE nº 116.913-2/2006 - TOMADA DE CONTAS/COMUNISEC. EST. EDUCAÇÃO DE DEBITO a ROSAMARIA ALVES DOS SANTOS COSTA.

Processo TCE nº 116.824-7/2005 - TOMADA DE CONTAS/COMUNISEC. EST. EDUCAÇÃO DE DEBITO a ARY JORGE SAO PAO DE AZEVEDO.

Processo TCE nº 202.265-3/1997 - PRESTAÇÃO DE CONTAS (ANTICIPAÇÃO) DE DUQUE DE CAXIAS/Impugnação de Débito a GERALDO MOREIRA DA SILVA.

Processo TCE nº 231.243-2/2006 - TOMADA DE CONTAS ESPECIAL/PREFEITURA DE MIRACEMA/Impugnação de Débito a SÉRGIO BRAGA DA COSTA.

Id: 560119

PAUTA ESPECIAL Nº 952008

Na forma do disposto no art. 123 e seus parágrafos do Regulamento Interno, aprovado pela Deliberação TCE nº 167, de 10 de dezembro de 1992, foram incluídos em decorrência do despacho exarado pelo Relator, em Pauta Especial, para julgamento pelo Tribunal de Contas, em Sessão de 03/07/2008, os seguintes processos:

RELATOR: CONSELHEIRO JULIO LAMBERTSON RABELO

Processo TCE nº 101.632-7/2004 - APOSENTADORIA/TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO RJ/Recurso de Reconsideração interposto por MARIA HELENA SANTO RINTO

Processo TCE nº 220.831-7/2005 - RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESPECIAL/PREFEITURA DE RIO BONITO/Recurso de Reconsideração interposto por MARIA LUCIA NETO DOS SANTOS.

Processo TCE nº 200.213-2/2002 - RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ORDINÁRIA/PREFEITURA DE MENDES/Embargos de Declaração interposto por RICARDO RAMALHO MELLO.

Processo TCE nº 227.351-6/2005 - FICHAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS AGENTES POLÍTIOS/CÂMARA DE PINHEIRAL/Embargos de Declaração interposto por LUIZ CARLOS LACHADO PEREIRA.

Id: 560119

EDITAIS DO PLÊNARIO

SECRETARIA-GERAL DAS SESSÕES
EDITAIS DE CHAMAMENTO A PROCESSO

Pelo presente edital, comunica-se aos jurisdicionados abaixo relacionados a decisão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro pela irregularidade das contas, facultada a interposição de recurso de reconsideração, no prazo de 30 dias, a contar da publicação do presente edital, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 708º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, nos dias úteis, das 10 às 12h e das 14 às 16h.

011096-5/2001	OSVALDO DA COSTA SILVA	12/02/2008	30	SSE-1562/2004
231390-6/2003	HABIB GUIRGUIS WEHBE	18/12/2007	30	SSE-1469/2003
231874-4/2003	CARLOS AUGUSTO DA SILVA	29/01/2008	30	SSE-1196/2003
240785-8/2000	SÁVIO VERBICÁRIO DANTAS DOS SANTOS FILHO	04/03/2008	30	SSE-4461/2008
202255-0/1998	CARLOS AUGUSTO FERREIRA LOPES	18/03/2008	30	CSO-5219/2006